

Ulysses e Maciel negociam acordo pelo presidencialismo

Janio de Freitas

À margem da transição

O documento da Aeronáutica, contrário à possibilidade de que a Constituinte aprove a reintegração dos ex-cassados ainda em condições de voltar à ativa, transpôs os limites da argumentação e adotou a rigidez que, nos militares, pertence já à categoria das intimidações e das exigências inflexíveis.

Os militares tanto têm qualificado ações civis, sobretudo as de reivindicação trabalhista, com o já clássico "isto não serve à transição", que seria proveitoso esclarecerem, agora, como serve à transição a sua série de manifestações de duvidosa pertinência, seja pelo tema, seja pelo tom. Ou, se não servindo à transição, a que serve, afinal.

Desde a instalação da Constituinte, tem sido absoluto o contraste entre o comportamento comedido de seus integrantes, no que respeita aos temas militares e às manifestações dos que os representam, e, de outra parte, a facilidade com que os ministros militares abordam temas, sem conexão com seus assuntos específicos, suscitados na Constituinte. De problemas próprios das relações entre capital e trabalho a questões institucionais, como a conveniência do parlamentarismo e a fisionomia mais adequada ao parlamentarismo, passando pela organização ministerial, a temática dos ministros militares mostra-se livre e onisciente.

Na Constituinte, por sua vez, uma das questões decisivas, senão a mais decisiva delas, para iniciar-se a construção da democracia no Brasil, que é o pavoroso problema denominado Serviço Nacional de Informa-

ções, parece simplesmente inexistir. A grave questão de estar o Brasil, como todos os exportadores de armamentos, alimentando guerras e disseminando a morte, mal alguém a aflorou, foi logo silenciada e evaporou.

A obrigatoriedade do serviço militar, a participação dos gastos militares no orçamento do país, a função constitucional das Forças Armadas são exemplos ainda, entre tantos outros possíveis, de temas próprios da Constituinte contra os quais a insurgência dos ministros militares produziu efeito definitivamente demolidor.

A depender da capacidade de suportar malestares, pode-se escolher entre duas explicações para este procedimento dos constituintes. A menos incômoda, preferida pelos políticos, seria o propósito de não acirrar confrontos em torno de propostas cuja substância não é essencial para a instauração da democracia. A outra, mais crua, considera que os militares, por detentores das armas, são mesmo a força dominante e se contrariados, engrossam, passam por cima e por cima ficam mais vinte anos.

Diante destas duas explicações, pode-se ter a resposta, prescindindo da que pudessem dar os ministros militares, para a indagação sobre a que fim serve, se à transição ou que outro, afinal, a série de pronunciamentos que, com crescente ênfase, vêm oferecendo o general Leonidas Pires Gonçalves, o brigadeiro Moreira Lima e o almirante Henrique Saboia.

Lula e Brizola se reúnem para discutir eleições

Os presidentes nacionais do PDT, Leonel Brizola, do PT, deputado Luis Inacio Lula da Silva (SP), do PSB, senador Jamil Haddad (RJ), do PC do B, João Amazonas, e mais o 3º vice-presidente do PMDB, senador Affonso Camargo (PR), reúnem-se hoje às 11h na Câmara dos Deputados, em Brasília, com representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e de outras entidades para acertar o calendário da campanha pela antecipação das eleições presidenciais para novembro de 1988.

Da reunião participarão também os deputados Fernando Lyra (PMDB-PE) —que está organizando o próximo comício da campanha, no dia 13 de agosto em Caruaru (PE), sua base eleitoral—, e o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB), autor do projeto de decisão entregue ontem à Mesa do Congresso constituinte que prevê um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney.

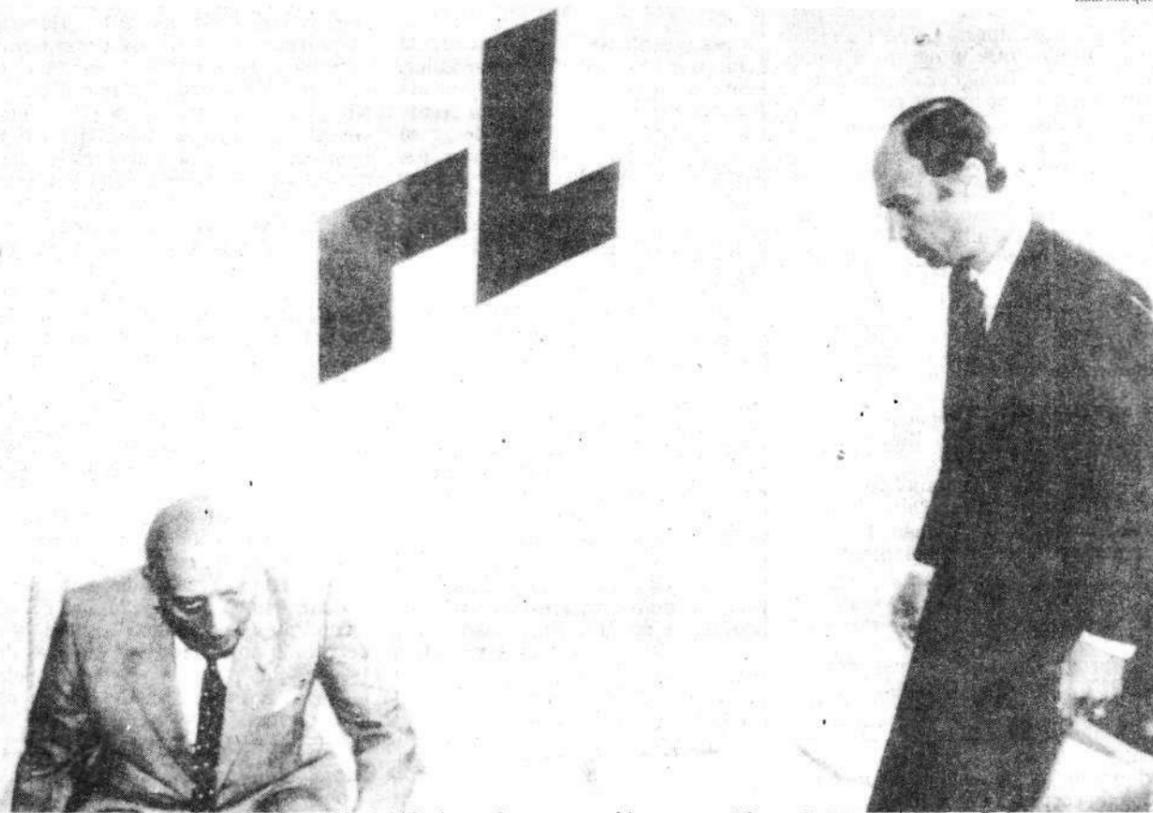
No encontro será discutida uma estratégia para auxiliar a aprovação do projeto de decisão pelo plenário do Congresso constituinte. O senador Mário Covas, líder do PMDB no Congresso constituinte, convidado para a reunião, afirmou ontem que não estará presente.

Legislativo apóia autonomia para gerir verbas

O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), e o 1º secretário da Câmara dos Deputados, Paes de Andrade (PMDB-CE), elogiaram ontem a decisão do governo de não incluir no decreto de cortes nos gastos públicos o Legislativo e o Judiciário, "em nome da autonomia de cada um", segundo Lucena.

Lucena disse, no entanto, que vai determinar a todos os auxiliares "absoluta austeridade" e que encomendará à administração medidas de contenção de despesas e de racionalidade administrativa. "Nada de empreguismo aqui. Admissões, só com concurso público, pois já temos 5.464 funcionários", afirmou Lucena.

Paes de Andrade também acha que Judiciário e Legislativo precisam ser mais austeros e gastar menos, mas concorda com a decisão do Executivo de não interferir na autonomia dos demais poderes. Fernando Henrique Cardoso defende a autonomia do Legislativo e do Judiciário, mas reclama maior controle e austeridade dos dois. "Principalmente o Judiciário, que é um poder altamente corporativo (...). A iniciativa dos cortes, da austeridade, deveria partir de lá mesmo. Como aqui no Congresso."



O presidente do PFL, Marco Maciel (dir.), recebe em seu gabinete o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães

Líderes do PMDB se reúnem para atenuar crise



Os senadores Mário Covas e Fernando Henrique, que se reuniram com Ulysses

O presidente do PMDB, da Câmara e do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, manteve ontem encontros com as principais lideranças de seu partido, com o objetivo de atenuar —ao menos para efeito externo— as divisões internas da agremiação, manifestadas na sua Convenção Nacional, há dez dias.

Ulysses reuniu-se, em seu gabinete, com os líderes do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas; no Senado, Fernando Henrique Cardoso; na Câmara, Luiz Henrique (SC); e com o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (BA), além do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). De todos eles, Ulysses obteve a adesão a uma proposta de se procurar os pontos de convergência durante os debates dos temas constitucionais no Congresso constituinte, deixando para o plenário os aspectos mais polêmicos.

"Vou procurar também todos os

demaís partidos para que haja um entendimento em torno do substitutivo do relator Bernardo Cabral e possamos desbastar o projeto de tudo aquilo em torno do que não haja acordo", disse Ulysses, que ontem mesmo encontrou-se com o presidente do PFL, senador Marco Maciel.

Com essa iniciativa, Ulysses Guimarães pretende se credenciar como o articulador central da fase final dos trabalhos constituintes, eliminando a figura intermediária do líder Carlos Sant'Anna —responsabilizado, pela cúpula peemedebista, pelos atropelos verificados na Convenção do PMDB.

"Não poderíamos prosseguir desunidos como nos encontrávamos", afirmou Fernando Henrique, ao lado de Covas, após o encontro com Ulysses. "A partir de agora temos um novo PMDB", disse Luiz Henrique, que se reunira pela manhã com o presidente de seu partido. "Sempre achei que o PMDB devesse agir como um todo e único", afirmou Mário Covas.

Presidente do PMDB e Sarney fazem jogo duplo

O presidente José Sarney está convencido de que o presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, continuará jogando duplo em relação a seu governo, apoiando-o pela metade, sem a incondicionalidade desejada no Palácio do Planalto. Este jogo de Ulysses, para Sarney, determina sua estratégia.

Os cálculos feitos no Planalto são conclusivos. Com apoio de Ulysses, o governo Sarney tem maioria folgada no Congresso, contando somente com a base da Aliança Democrática, constituída pelo PMDB e pelo PFL. Sem o apoio de Ulysses, Sarney se considera obrigado a lançar mão de um bloco formado por uma parcela do PMDB, pela esmagadora maioria do PFL e outros partidos. Mas as contas palacianas não fecham, pois o presidente não consegue arrancar uma definição de Ulysses. Com isso,

Sarney sente-se liberado para cultivar seu próprio jogo duplo.

O presidente da República insinuou a parlamentares que lhe são fiéis que apoiará um bloco "moderado" no Congresso constituinte —na última quinta-feira, um dos deputados mais íntimos de Sarney, Prisco Viana (PMDB-BA), disse que tal bloco conta "com o estímulo do presidente". Dois dias depois, durante encontro com Ulysses, Sarney assegurou —segundo afirmou anteontem o presidente do PMDB ao líder do partido na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC)— que não estimulará a formação de qualquer bloco na Constituinte.

A convenção do PMDB, nos últimos dias 18 e 19, consolidou esta relação ambígua entre Ulysses e Sarney. Não houve qualquer definição, nem a favor do presidente —se fosse aprovada a tese de um mandato de cinco anos—, nem contra, caso os conven-

cionais peemedebistas optassem por um mandato de quatro anos.

Por isto, como afirmou ontem o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 53, "todo mundo está fazendo fumaça". Ou seja, com declarações ambíguas, às vezes até contraditórias, as duas principais personagens políticas do país embaçam o quadro. Depois de conversar com Sarney, no sábado, Ulysses disse tachatadamente que "o governo e o PMDB estão abertos para os outros partidos que queiram participar da Aliança Democrática, seja o PTB, o PDS ou o PL". Dois dias depois, negava que tivesse conversado com o presidente sobre a ampliação da Aliança Democrática, dizendo que, com ela, Sarney "tem uma base ampla e confortável".

A convenção do PMDB demonstrou também que as três grandes vertentes do partido, lideradas por Ulysses, por Sant'Anna e pelo líder peemedeb-

bista no Congresso constituinte, senador Mário Covas, têm, cada uma, cerca de um terço da bancada do partido no Congresso. Como ninguém tem maioria, o partido prossegue indefinido.

Nas contas do Palácio, Sarney tem como garantia o apoio de pouco mais de cem parlamentares do PMDB, cerca de 120 do PFL e mais vinte do PDS. Faltam, portanto, 36 votos para a maioria de 280 no Congresso constituinte. Se Ulysses se define a favor do Palácio, Sarney pode até dispensar o apoio do PDS. Se se decide a romper com o governo, o presidente necessitará ampliar sua base para os lados do PDS, PTB, PL e PDC. Como Sarney não consegue obter palavra final do presidente do PMDB, continuará jogando ora com Ulysses, ora com a alternativa do bloco suprapartidário. (Gilberto Dimenstein e Mauro Lopes)